

As incertezas depois de encerrada a moratória

Com o pagamento, feito no início deste mês, da parcela de US\$ 350 milhões relativa a 37% dos juros vencidos no mês de janeiro deste ano, o Brasil pôs fim, de fato, à moratória decretada em 20 de fevereiro de 1987. E o governo o fez, ao contrário do que vinham afirmando os responsáveis pela condução da política econômica, sem nenhum comprometimento por parte dos bancos credores quanto à concessão de novos financiamentos ao País.

O "gesto de boa vontade" do governo brasileiro, segundo se informa, foi muito bem recebido na outra ponta da mesa de negociações. O presidente do comitê de bancos credores, William Rhodes, citou a iniciativa brasileira como um exemplo da melhora do relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional, mas nada prometeu de específico. Já o comunicado brasileiro fala na intenção de concluir um acordo rápido, mas que não significaria "um acordo a qualquer custo".

Como as negociações com vistas a um acordo de médio prazo

devem demorar quatro ou cinco meses, a melhor solução para o Brasil seria a obtenção de um empréstimo-ponte, quer através do Tesouro dos Estados Unidos, quer através de um "pool" de grandes bancos. Mas, pelo menos no momento, essas duas hipóteses parecem afastadas. O mais provável é que o Brasil venha a fazer novos pagamentos de juros, sem igualmente nenhuma contrapartida, "na medida em que as negociações de um acordo de médio prazo progredirem", como admitiu o presidente do Banco Central, Fernando Milliet.

E possível que a tática de "amaciamento" dos credores externos venha a proporcionar algum resultado palpável em futuro próximo, mas somos obrigados a constatar que, salvo a disposição brasileira, nada essencialmente mudou. Nos meios financeiros internacionais não se acredita na possibilidade da concessão de empréstimos num volume total de US\$ 8,2 bilhões para refinanciar parte dos juros relativos a 1988 e 1989. E há os juros vencidos pelo período entre 20 de fevereiro e 31

de dezembro de 1987, para cobertura dos quais o Brasil está solicitando um empréstimo de longo prazo de US\$ 3,4 bilhões. Os bancos, segundo se informa, estariam dispostos a conceder apenas US\$ 3 bilhões, a prazo curto.

Outros complicadores podem ser citados, como os difíceis entendimentos com os governos dos países industrializados que integram o Clube de Paris e o saldo negativo que o Brasil tem registrado com o Banco Mundial. Como cita a nota oficial brasileira, o Banco Mundial recebeu, de juros, no ano passado, US\$ 600 milhões a mais do que emprestou ao Brasil.

Sob o aspecto global, parece-nos pouco relevante discutir se a moratória do ano passado foi ou não um equívoco. Nunca é demais ressaltar que a decisão não foi tomada por bravata ou por vontade de afrontar os credores. Ela foi determinada por uma penúria de reservas cambiais, que a tornou simplesmente inevitável.

Hoje o Brasil está de volta a uma situação parecida e o caminho tentado para sair dela é inteiramente diverso, embora não

isento de riscos. Em face das circunstâncias atuais, é extremamente difícil fazer previsões sobre o que irá ocorrer de ora em diante. O mais provável é que, como tem defendido o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, o Brasil não tenha outra alternativa senão recorrer novamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O governo certamente terá de enfrentar dificuldades políticas se decidir por esse passo, mas, dada a situação, não se espera uma tempestade de protestos, como em outros tempos. Parece mais palatável hoje a idéia de que o Brasil reabra negociações com o Fundo, a partir da pressuposição de que não seria imposto ao governo um programa de reajustamento drástico, que iniba ainda mais o crescimento econômico.

De certa forma, um acordo com o Fundo, concluído em um momento como este, dependendo das condições, pode vir a constituir um elemento positivo, se for capaz de eliminar as incertezas que toldam o futuro da economia brasileira.